C/c. Dos(as) Exmos(as). Srs(as). Presidentes dos Grupos e Representações Parlamentares do PS, PSD, CDS, BE, PCP e PPM

> Exma. Sra. Sr.ª Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Ponta Delgada, 24 de maio de 2017

Assunto: Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada

Vimos por este meio dar-lhe conhecimento da petição "Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada".

Nos termos dos artigos 191º e 192º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), os peticionários requerem que a presente petição seja apreciada pela comissão competente na matéria e pelo Plenário da ALRAA.

Com os melhores cumprimentos e esperando que a nossa pretensão possa merecer a melhor atenção de V. Exa.

> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

> > ARQUIVO

1808 Proc. n.º 4.5. 10-0

Data: 0/+/05/26 N.º//

Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada

Ema. Sr.ª Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Na sequência da audição aos Promotores da "Construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada" feita pelos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no passado dia 7 de Fevereiro, em sede de Comissão Parlamentar de Economia, foi tornado público que os citados Promotores não têm investidores ou parceiros financeiros para tal investimento.

Mais acrescentaram que não sendo no Porto de Ponta Delgada rejeitam a sua construção noutro local.

Conclui-se, assim, que a única coisa que os Promotores têm garantida é a autorização dada pela Portos dos Açores para a sua construção, no chamado saco do porto, construção que é repudiada, em anterior Petição Pública (Contra a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada), com mais de 1100 assinaturas.

Assim, na continuidade da referida Petição, os presentes peticionários:

1. exortam os partidos políticos a exigirem do Governo Regional a revogação da autorização dada pela Portos dos Açores para tal construção.